

Conselho Nacional de Justiça

2ª Reunião Comitê Interinstitucional ODS



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Brasília, 23 de janeiro de 2019

O IPEA e os ODS



IPEA : Instituição de Assessoramento Técnico Permanente (Regimento Interno CNODS out/2017)

- Produção de estudos técnicos em apoio aos trabalhos da CNODS;
- Análises dos dados e indicadores de acompanhamento de progresso dos ODS;
- Elaboração de Relatórios periódicos de País; e
- Apoio ao IBGE na construção de subsídios para a definição e monitoramento dos indicadores nacionais, relativos à Agenda 2030.”

Plano de Ação da Comissão Nacional até 2019

- **Coordenar o Processo de Adequação das Metas Globais para o Brasil (julho de 2018)**
- Elaboração de Relatórios Iniciais (Marco Zero) com o diagnóstico da situação brasileira em relação aos 17 ODS. (2018)
- Contribuição à elaboração dos Relatórios Voluntários(2019 avaliar progressos)
- Construção de cenários para o alcance dos ODS.
- Realização de Estudos de longo prazo para subsidiar a CNODS

Nacionalização das Metas Globais dos ODS



O que é?

É o processo de considerar os contextos nacionais na implementação dos ODS. De estabelecer metas que sejam o espelho das metas globais para o país. De determinar os meios de implementação de acordo com as institucionalidades nacionais e de definir os indicadores mais adequados para acompanhar o progresso até 2030.

Refere-se tanto à forma de como os governos nacionais podem apoiar a implementação das metas globais dos ODS, quanto à maneira em como os ODS podem orientar o desenvolvimento Nacional, com base nas três dimensões do desenvolvimento sustentável: social, econômica e ambiental.

Adequação das Metas: Por que Fazer?



1. Incentivo da ONU (universalidade X Uniformização – Soberania)

78. Nós encorajamos todos os Estados-membros a desenvolver logo que possível respostas nacionais ambiciosas para a aplicação global da presente Agenda. Estas podem apoiar a transição para os ODS e ser construída a partir dos instrumentos de planeamento existentes, tais como as estratégias de desenvolvimento nacional e de desenvolvimento sustentável, conforme o caso. (Transformando nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável)

2. Para refletir as especificidades do Brasil

- Metas globais não se apresentam como problemas importantes para o Brasil.
 - Prioridades importantes não se encontram refletidas de maneira explícita nas metas.
 - Planos Nacionais e políticas nacionais existentes
 - Metas genéricas, necessário dar mais objetividade
 - Metas não dimensionadas.
-
- **Atenção:** não se deve permitir redução na magnitude e abrangência da agenda de metas globais.

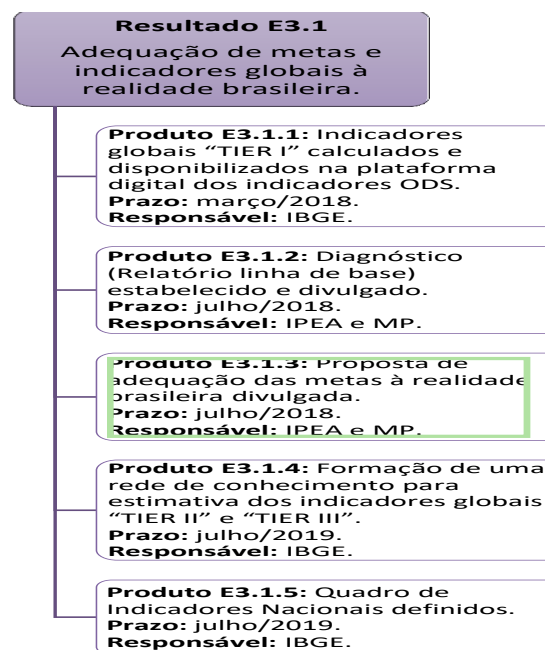
Adequação das Metas: Por que Fazer?



3. Por que?

Plano de Ação da Comissão Nacional dos ODS 2017-2019 (outubro de 2017) Eixo 3 – Territorialização

OBJETIVO: Expressar metas e indicadores globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável à realidade brasileira.



Nacionalização das Metas Globais dos ODS (como fazer)



- 1. Organização Interna ao IPEA à altura do desafio e responsabilidade delegada pela Comissão Nacional ao IPEA**
 - Portaria – Criação dos Grupos Internos

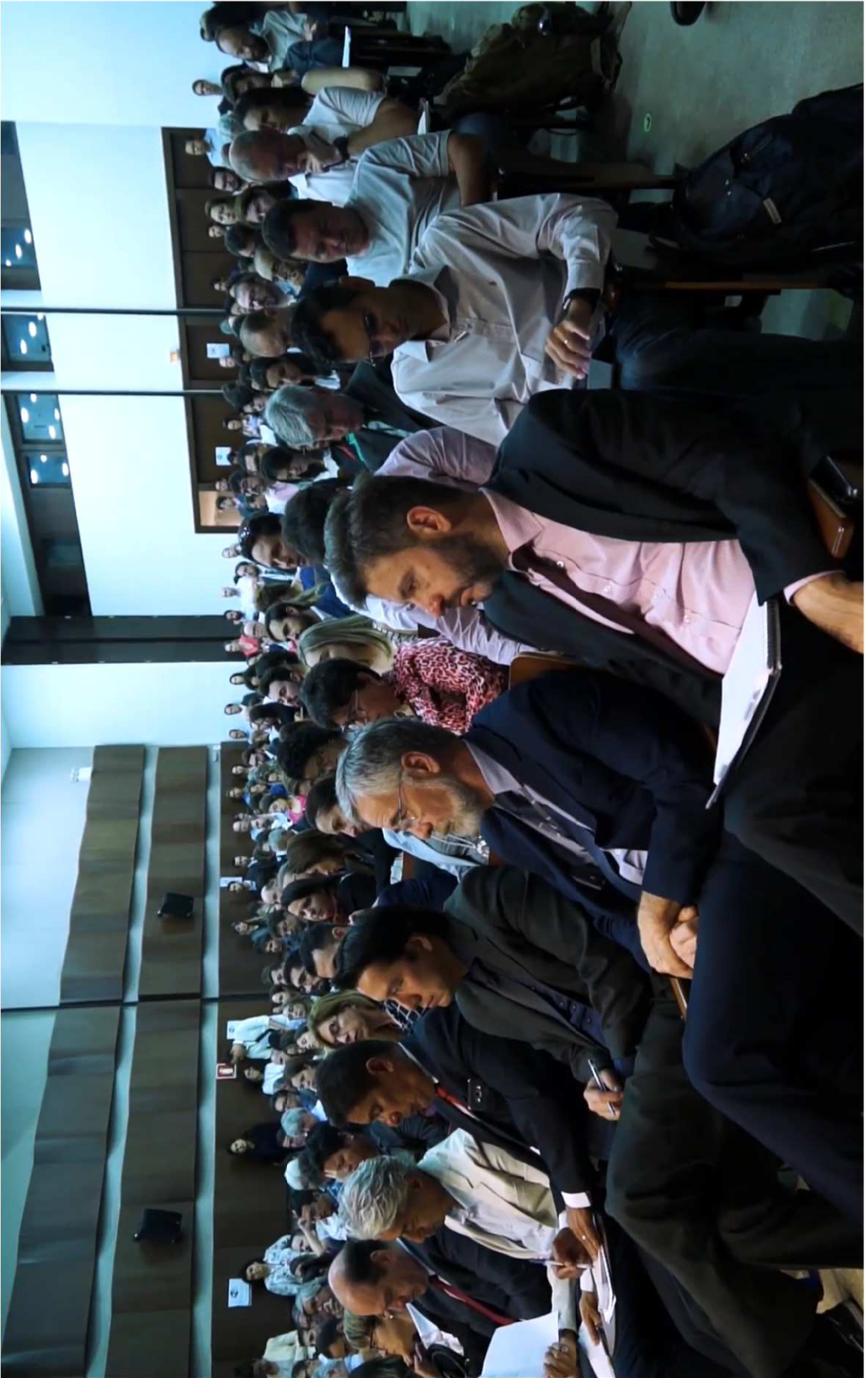
- 2. Definição de Princípios Orientadores do Processo:**
 - Aderência às metas globais: Não redução da ambição das metas globais
 - Objetividade, por meio do dimensionamento quantitativo, sempre que as informações permitirem
 - Respeito aos compromissos, nacionais e internacionais, anteriormente assumidos pelo governo brasileiro (Acordos e Planos Nacionais)
 - Observância às desigualdades regionais;
 - Observância às desigualdades de gênero, de raça, de etnia, de geração, de renda, entre outras.
 - Suporte ao Monitoramento das Metas Nacionais por meio da proposição de indicadores nacionais

Nacionalização das Metas Globais dos ODS (como fazer)



3. Participação do Governo e da Sociedade e Divisão do processo em etapas:
 - Etapa Governamental
 - Etapa Sociedade Civil por meio de Consulta Pública realizada pela CNODS
4. Elaboração de Proposta Inicial por parte do IPEA. Elaboração de Fichas Técnicas para cada uma das 169 metas.
5. Debate da Proposta Inicial a partir da participação ampla de todos os atores e órgãos do governo federal.
6. Realização da *1 Oficina Governamental de Adequação das Metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)* (abril, 2018)
 - 75 órgãos e 656 representantes, técnicos e gestores do governo federal
7. Instituição de Grupos Interministeriais sob a coordenação do IPEA
8. Realização de Consulta Pública em novembro 2018
9. Entrega pós Consulta Pública para a CNODS em dezembro 2018









ODS: síntese dos resultados do processo de adequação das metas propostas para o Brasil

Síntese dos resultados	Nº absoluto	Relativo (%)
Metas globais que foram mantidas <i>(Metas globais cujo conteúdo foi considerado como adequado ao Brasil, mesmo que necessitando alterações)</i>	167	98,8
Metas consideradas como não aplicáveis ao Brasil <i>(Metas globais cujo conteúdo foi considerado como inadequado à realidade brasileira)</i>	2	1,2
Subtotal – metas globais	169	100%
Metas globais que foram mantidas na versão original <i>(Metas cujo texto proposto pela ONU foi integralmente considerado como adequado ao Brasil)</i>	39	22,3
Metas que foram alteradas para adequar-se à realidade brasileira <i>(Metas cujo texto proposto pela ONU sofreu alteração visando a sua adequação às especificidades do Brasil e/ou à sua quantificação)</i>	128	73,1
Metas nacionais que foram adicionadas <i>(Novas metas propostas pelos grupos interministeriais visando contemplar prioridades nacionais)</i>	8	4,6
Total de metas nacionais	175	100%

ODS: classificação das metas nacionais

Síntese dos resultados	N ^o absoluto	Relativo (%)
Metas finalísticas (Metas que buscam especificar ou dimensionar os resultados esperados)	98	56,0
Metas de implementação (Metas que se referem aos recursos, humanos, financeiros, tecnológicos e de governança, necessários ao alcance dos resultados esperados)	77	44,0
Total de metas nacionais	175	100%
Metas classificadas no nível 1 (Metas de fácil acompanhamento, pois existe a possibilidade de construir indicadores que medem de forma direta o seu alcance)	67	38,3
Metas classificadas no nível 2 (Metas para as quais não existem indicadores que medem diretamente o seu alcance, mas que é possível construir indicadores indiretos, que, de alguma forma, servem de proxy para o seu acompanhamento)	90	51,4
Metas classificadas no nível 3 (Metas para as quais não existem, no momento, indicadores diretos ou indiretos para acompanhar a sua evolução)	18	10,3
Total de metas nacionais	175	100%

Exemplos de Adequação – ODS 1

ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

QUADRO 1

Resumo da Proposta de Adequação de metas do ODS 1

Total de metas	Nº de metas que se aplicam ao Brasil	Nº de metas que foram adequadas à realidade nacional	Nº de metas finalísticas	Nº de metas de Implementação	Nº de metas criadas
7	7	6	5	2	0



Meta Adequada porque o Brasil já praticamente alcançou a Meta Global

META 1.1

I. PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO

1. Meta 1.1 (Nações Unidas)

Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.

2. Indicadores globais (Nações Unidas)

1.1.1 Percentual da população abaixo da linha internacional de pobreza extrema, por sexo, idade, *status* de ocupação e localização geográfica (urbano/rural) (Tier I).

3. Meta 1.1 (Brasil)

Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, medida como pessoas vivendo com menos de PPC\$ 3,20 *per capita* por dia.

4. Tipo de meta (Brasil)

Meta Finalística Meta de Implementação



Meta Adequada porque o Brasil já praticamente alcançou a Meta Global

5. Justificativa para a adequação

A adequação da meta teve por objetivos:

- mudar a referência de dólar americano (US\$) para dólar internacional (PPC\$) – isto é, o dólar na unidade monetária expressa pela paridade de poder de compra (PPC), cuja última rodada disponível é de 2011.
- alterar o valor da linha de pobreza para refletir o nível de desenvolvimento alcançado pelo Brasil, tomando como referência a linha intermediária de PPC\$ 3,20 *per capita* por dia, que é usada internacionalmente.

TABELA 1

Valores mensais em reais e taxas de pobreza em 2016 segundo as linhas de pobreza mais usadas internacionalmente

Linha de pobreza em 2011 PPC\$	Valor mensal em R\$ jul./2016	Taxa de pobreza em 2016 (%)
1,25	88,33	4,34
1,90	134,27	6,46
3,20	226,14	12,55
5,50	388,67	25,23

Dessa maneira, em nome da transparência, o Grupo de Trabalho considerou que a erradicação da pobreza extrema será atingida quando o percentual da população nesta condição estiver abaixo de 3%.

Atividades em curso



Relatório Linha de Base – Cadernos ODS – Fevereiro/Março

Relatório Nacional Voluntário – RNV (Maio) HLPF em julho de 2019

- Capacitação ONU/ECOSOC (Genebra)
- ODSs 4, 8, 10, 13 e 16
 - Orientações
 - Princípios
 - Internalização dos
 - Implementação
 - Boas Práticas
 - Princípios.



ipea
Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



**Auditoria
Coordenada
ODS**



Carlos Lustosa
SecexAgroAmbiental

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





Integração

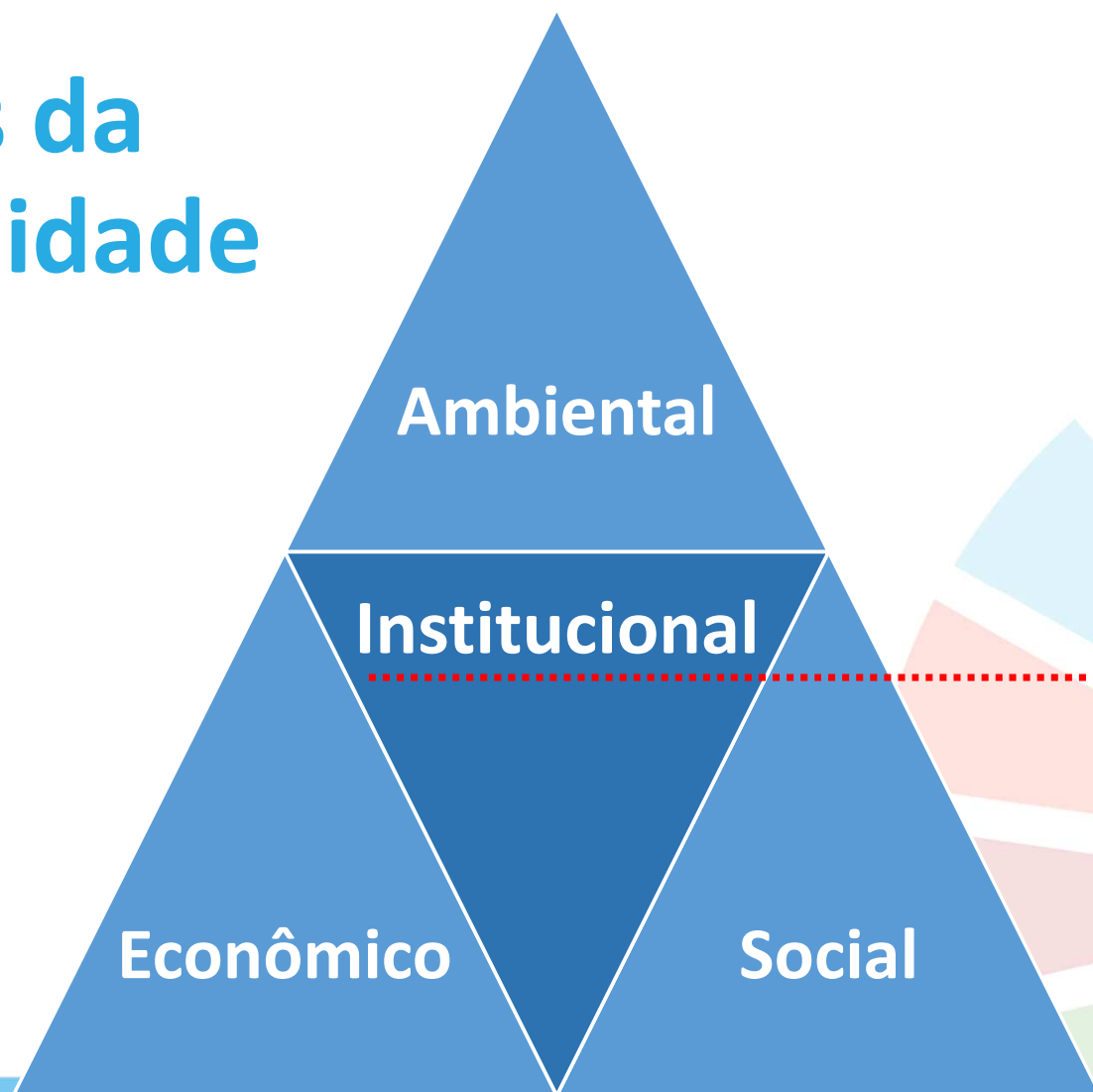
Inclusão

Qual é a novidade?

Parcerias

Impactos (+/-)

Dimensões da sustentabilidade



Governança

Projeto ODS

Objetivo do projeto

Desenvolver capacidades, métodos e ferramentas de controle com vistas a **preparar o Tribunal de Contas da União** para acompanhar a implementação da **Agenda 2030**, com possibilidade de **replicação por outros órgãos de controle**

Objetivo da auditoria

Avaliar a presença de estruturas de governança necessárias para implementar a Agenda 2030

Avaliar a presença de estruturas de governança necessárias para implementar a meta 2.4
(Sistemas Sustentáveis de Produção de Alimentos)

Auditoria Coordenada

América Latina

12 Entidades de Fiscalização



Estrutura geral

NÍVEL DE GOVERNANÇA	MECANISMO DE GOVERNANÇA	COMPONENTE DE GOVERNANÇA
CENTRO DE GOVERNO (C)	Institucionalização	C1. Processo de institucionalização e internalização
		C2. Envolvimento do governo na Agenda 2030
	Estratégia	C3. Planejamento estratégico: Plano nacional de longo prazo
		C4. Planejamento estratégico: Plano nacional de médio prazo
		C5. Prevenção e gestão de riscos
	Coordenação	C6. Articulação política
		C7. Coordenação de políticas públicas
	Supervisão	C8. Estratégia de monitoramento e avaliação nacional
		C9. Indicadores nacionais
	Transparência	C10. Sensibilização à Agenda 2030 no país
		C11. Relatório Nacional Voluntário
META ODS (M)	Internalização	M1. Alinhamento entre políticas públicas
	Coordenação e transversalidade	M2. Coordenação horizontal da meta
	Monitoramento integrado	M3. Monitoramento e avaliação
	Transparência e participação	M4. Mecanismos de participação social



BADAR ODS

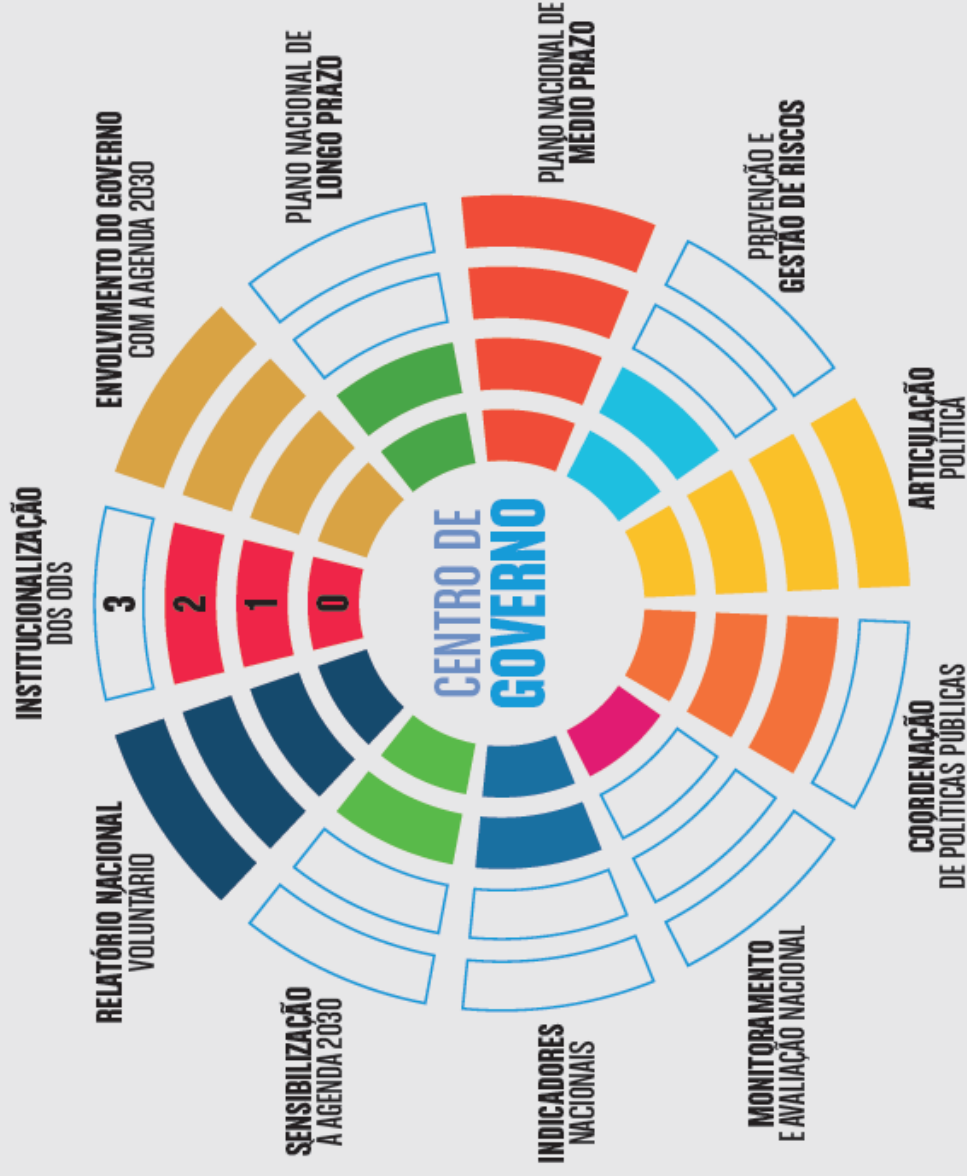
NÍVEL CENTRO DE GOVERNO



BRASIL

Escala de avaliação de governança
O Radar ODS mostra a preparação do centro de governo federal para implementar a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a partir de uma avaliação dos componentes de governança conforme a escala seguinte:

- 0** Não implementado
- 1** Em formação
- 2** Em desenvolvimento
- 3** Otimizeado




TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Auditoria



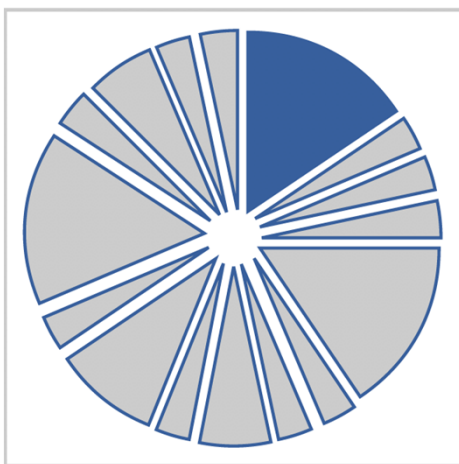
**Problemas complexos
exigem uma
abordagem integrada**



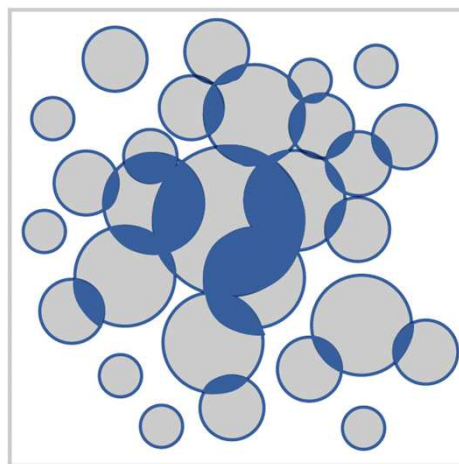
Auditoria coordenada • fase nacional

Análise FSD

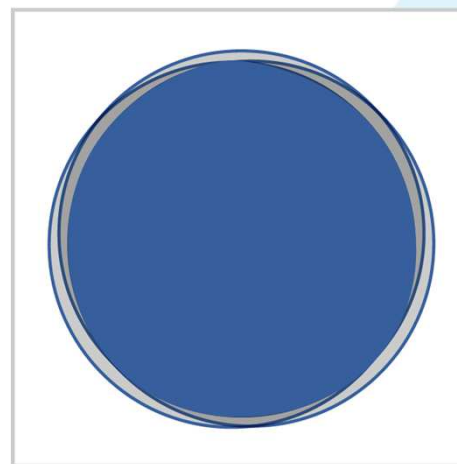
Fragmentação



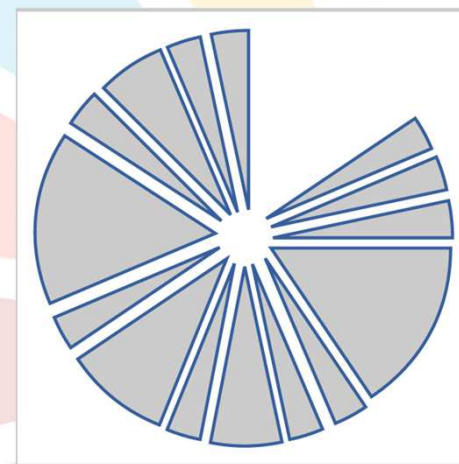
Sobreposição



Duplicação



Lacuna



Panorama da produção sustentável de alimentos



Panorama da produção sustentável de alimentos



Resultados da Auditoria



Resultados

Constatou-se que o Governo Federal possui iniciativas para implementar a Agenda 2030, mas há falhas em sua preparação

Resultados

Iniciativas federais existentes

- Comissão Nacional para os ODS
- Mapeamento das políticas públicas por ODS
- Sistema Nacional de Informações Oficiais
- 1º Relatório Nacional Voluntário

Achado 2

Plano nacional de longo prazo

Ausência de estratégia de planejamento de longo prazo que defina prioridades multissetoriais, numa perspectiva integrada de governo

Achado 3

Monitoramento integrado

Ausência de mecanismos de monitoramento integrado para mensuração das políticas públicas

Capacitação em ODS

Entidades Fiscalizadoras Superiores e os ODS



Sumário executivo

www.tcu.gov.br/sdg



Infográficos



www.tcu.gov.br/sdg

Impactos da auditoria

- Estímulo a uma abordagem integrada de governo
- Maior coordenação da ação governamental
- Melhora da coerência de políticas públicas
- Menor fragmentação, sobreposição e duplicidade de ações
- TCU contribuiu com o Relatório Voluntário Nacional

Obrigado

Carlos Lustosa

*Diretor da área de auditoria
ambiental*

carloslustosa@tcu.gov.br

+55 61 3316-5066

Para saber mais

www.tcu.gov.br/ambiental

Acórdão 1.968/2017 – TCU-Plenário

Acórdão 709/2018 – TCU-Plenário



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR NOSSO MUNDO



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*



**1. O PNUD E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO –
atuação nacional e internacional relacionada aos ods**

2. sugestões SOBRE indicadores

3. possíveis áreas de colaboração do pnud

O PNUD E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

- ✓ **Mandato do PNUD: promoção do desenvolvimento e redução da pobreza**
- ✓ **Histórico de trabalho com os ODM**
- ✓ **ODS: agência integradora**
- ✓ **Programa de País do PNUD (2017-2021): alinhamento aos ODS e Agenda 2030**
- ✓ **Áreas de especialização no escritório de país, em linha com os pilares da Agenda 2030: Paz, Planeta, Pessoas e Prosperidade**



O PNUD E A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO: algumas iniciativas



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

- **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil;**
- **Projeto e Plataforma Oeste 2030;**
- **Atlas da Paz, Justiça e Governança no Brasil;**
- **Aliança Global para promoção do ODS 16**





Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

- Plataforma com mais de 25 milhões de acessos;
- Traz o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM);
- Mais de 220 indicadores socioeconômicos: população, trabalho, saúde, educação, renda, habitação, vulnerabilidade social;
- Cerca de 17 mil localidades brasileiras: 27 UFs, 24 RMs/RIDEs, 5.565 municípios, 11.122 “bairros”;
- Para os anos de 1991, 2000, 2010 / 2011 a 2015 (UFs e RMs).
- Desagregados por sexo, raça/cor e situação de domicílio.





 atlasbrasil.org.br



Consulta

Selecione seus indicadores e crie tabelas



Mapas

Navegue pelos dados em mapas temáticos



Perfil

Consulte o perfil da sua localidade



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

agenda 2030 oeste do paraná



Empoderando vidas.
Fortalecendo na es.

- 54 municípios do Oeste do Paraná: localiza o dos ODS
- Permitir aos atores locais (diversos setores) a constru o de **consensos**, a ado o de **compromissos** e a **tomada de decisões** com base em informa es fundamentadas
- Três linhas de a o: diálogos, avalia o e monitoramento e forma es.
- Principais entregas: cerca de 150 reuniões locais de sensibiliza o/planejamento (cerca de 3000 pessoas), 54 agendas de atua o conjunta, 54 diagnósticos situacionais locais, plataforma de indicadores dos ODS.
- Em andamento: 33 avalia es rápidas integrada, forma o de gestores locais





escolha um município

Selecione uma Opção

agenda 2030
oeste do paraná

SELECIONE A LOCALIDADE

- 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA
- 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
- 3 SAÚDE E BEM-ESTAR
- 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
- 5 IGUALDADE DE GÊNERO
- 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO
- 7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA
- 8 TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECON MICO
- 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA
- 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
- 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

Visão Geral

Oeste do Paraná | **0,646** | **1.281.353** | **25.750,79** | **49,76**

LOCALIDADE | IDHM | POPULAÇÃO | ÁREA (KM²) | HABITANTES POR KM²

- Informa es gerais ODS
- Relatórios municipais
- Consulta de indicadores
- Agenda de Atua o Conjunta



Atlas da Paz, Justiça e Governança no Brasil *Em construção*



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

- Facilitar uma **participação ativa e informada** das **instituições públicas, sociedade civil, academia e setor privado** - no **acompanhamento e promoção de ações relacionadas ao ODS 16 no Brasil**.
- Contribuir para o desenvolvimento humano sustentável do país, especialmente para a promoção de uma sociedade pacífica, justa e inclusiva.

Entregas esperadas:

- Plataforma **web de dados e indicadores relacionados ao ODS 16**;
- Versão mobile do Atlas da Paz, Justiça e Governança no Brasil;
- Relatório sobre o ODS 16 no Brasil;
- **Pesquisa e análise de dados primários: 16.6.2 / 16.7.2. / 16.7.1**;
- Plano de formação, sensibilização e advocacy sobre o ODS 16.



Atlas do Desenvolvimento
Humano no Brasil



Atlas da Paz, Justiça e Governança no Brasil



Atlas do Desenvolvimento
Humano no Brasil



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

Pesquisa e análise de dados primários:

- **16.6.2** Proporção da população satisfeita com a experiência em serviços públicos
- **16.7.1** Proporções de cargos (por faixa etária, sexo, pessoas com deficiência e grupos populacionais) em instituições públicas (legislaturas nacionais e locais, serviço público e judiciário) em comparação com distribuições nacionais
- **16.7.2** Proporção da população que acredita que a tomada de decisão é inclusiva e responsiva, por sexo, idade, deficiência e grupo populacional.





*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

Global Alliance

- Iniciativa Global coordenada pelo PNUD para promoção do ODS 16
- Brasil é um dos países fundadores, a partir da atuação da missão brasileira na ONU
- Intercâmbio entre países, discussão de metas e indicadores, acompanhamento de progresso
- Apoio a iniciativas relacionadas à mensuração dos avanços relacionados ao ODS 16 nos países



SUGESTÕES SOBRE METAS/INDICADORES VOLTADAS À ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

- ✓ Dois conceitos-chave: **Integração e Aceleradores**
- ✓ **Integração:** os 17 ODS são integrados e indivisíveis; atuação em um Objetivo pode trazer efeitos nos demais.
- ✓ **Aceleradores:** investimentos em áreas-chave podem potencializar o avanço em diferentes metas simultaneamente





Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

INTEGRAÇÃO COMO SOLUÇÃO

Integração: processos de decisão política que levam em conta as interdependências entre dimensões e setores. (UNDESA, 2015)

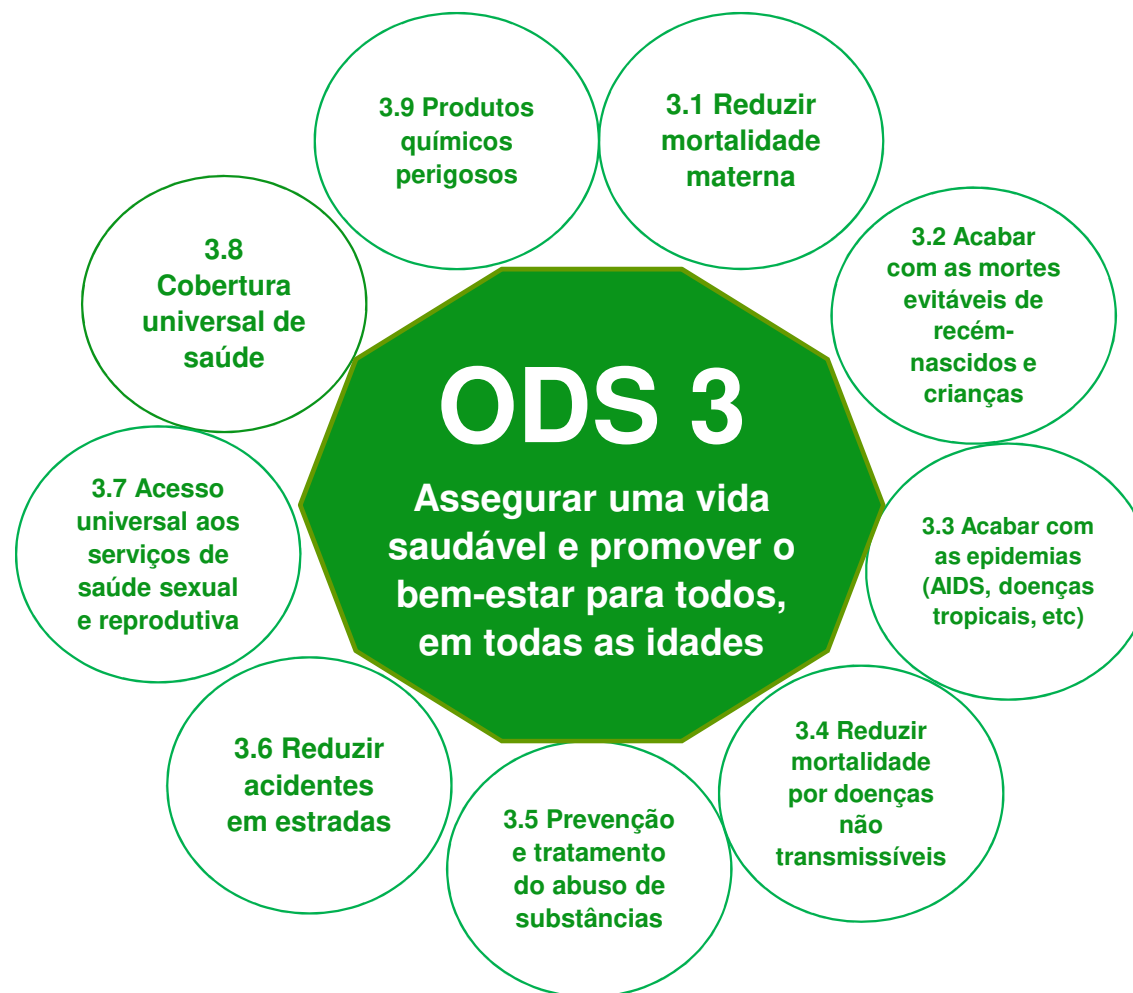
No contexto dos ODS: a integração entre as dimensões do desenvolvimento sustentável e entre os diferentes setores.

Desafios

- Considerar interdependências entre setores;
- Priorizar a multidimensionalidade na construção dos planos e políticas públicas;
- Participação social nas políticas públicas;
- Foco nas interligações e interdependências das regiões e territórios.



Saúde como objetivo 3



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.

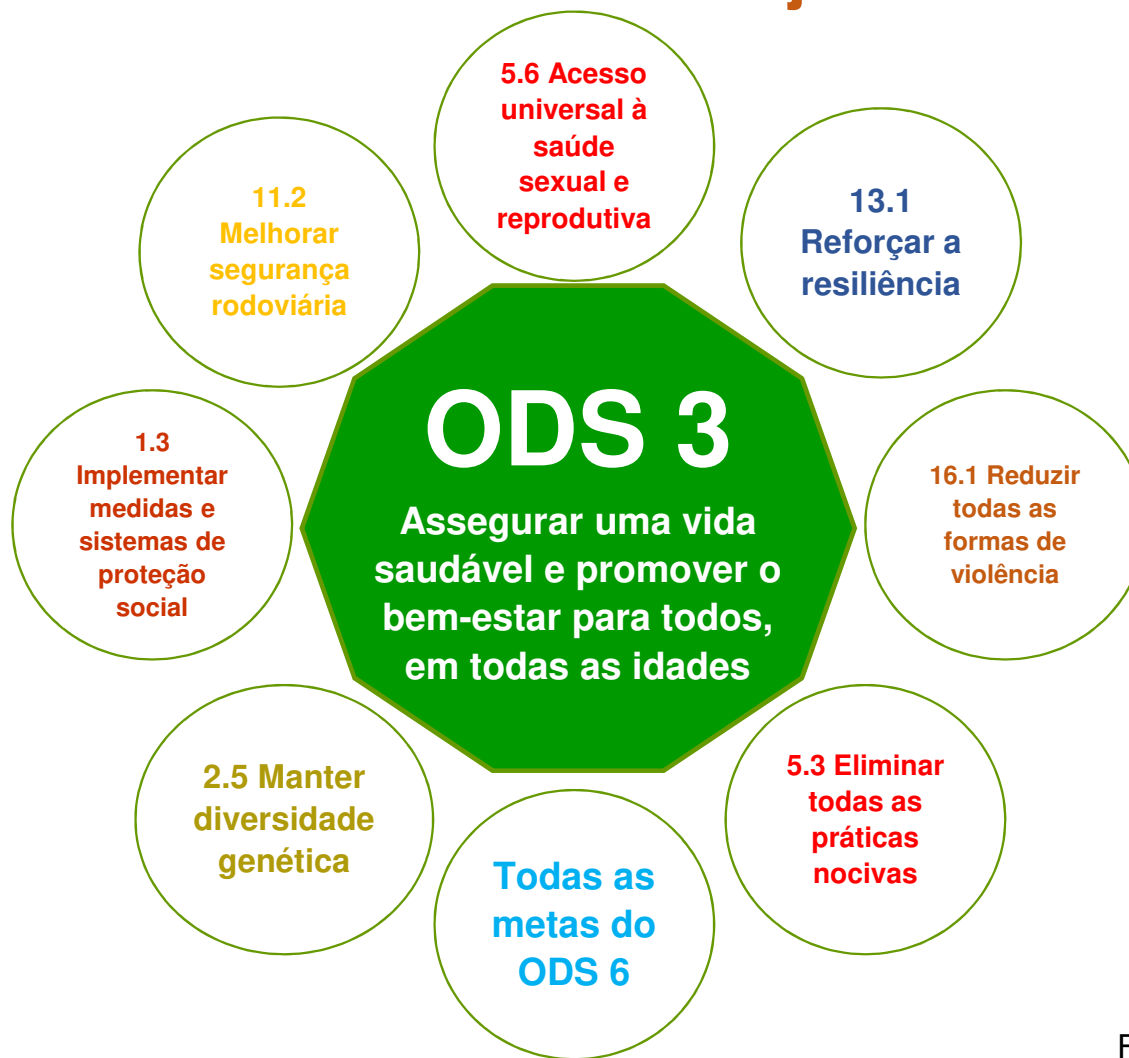


Fonte: UN-DESA SDD, 2015.

Saúde como metas em outros objetivos



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



Fonte: UN-DESA SDD, 2015.



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

ACELERADORES

- ✓ Como otimizar os investimentos para o alcance do desenvolvimento?
- ✓ Objetivos são interrelacionados
- ✓ Identificar áreas que possuem efeito multiplicador no alcance de várias metas/objetivos



Algumas questões



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

- **Como mapear os efeitos positivos da atuação do Judiciário nas diferentes temáticas?**
- **Como identificar também eventuais externalidade/efeitos adversos da atuação (ou ausência de atuação) do Poder Judiciário?**
- **Decisões recorrentes (ou com jurisprudência/repercussão geral) e/ou com envolvimento de grandes volumes financeiros: análise de impacto financeiro redistributivo da decisão no setor dos serviços/benefícios à população**
- **Acesso à Justiça: análise sobre resultados/efeitos de formas alternativas de solução de conflitos (perfil do público beneficiado, satisfação)?**



POSSÍVEIS ÁREAS DE COLABORAÇÃO DO PNUD



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*

- PARCERIA NO DESENVOLVIMENTO DO ATLAS DA PRAZ E JUSTIÇA
- DESENVOLVIMENTO CONJUNTO DE ESTUDOS-DIAGNÓSTICOS (LINHA DE BASE)
- DESENVOLVIMENTO CONJUNTO DE RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO DAS METAS
- SENSIBILIZAÇÃO/CAPACITAÇÃO SOBRE ODS
- SISTEMATIZAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS (FEIRA DE CONHECIMENTO)
- INTERCÂMBIO INTERNACIONAL E DISSEMINAÇÃO INTERNACIONAL DE AÇÕES/RESULTADOS BRASILEIROS



Obrigada!



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*





Presidência da República
Secretaria de Governo
Secretaria Especial de Articulação Social

AGENDA 2030 – BRASIL

Brasília , 10 de janeiro de 2018.

Sumário

I. ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

II. NEGOCIAÇÃO

III. INTERNALIZAÇÃO

- Governança
- Adequação De Metas
- Definição De Indicadores

IV. INTERIORIZAÇÃO

- Estratégias
- Instrumentos
- Prêmio ODS Brasil

V. DESAFIOS

Transição ODM para ODS – NEGOCIAÇÃO

2000 - 2015



2016 - 2030

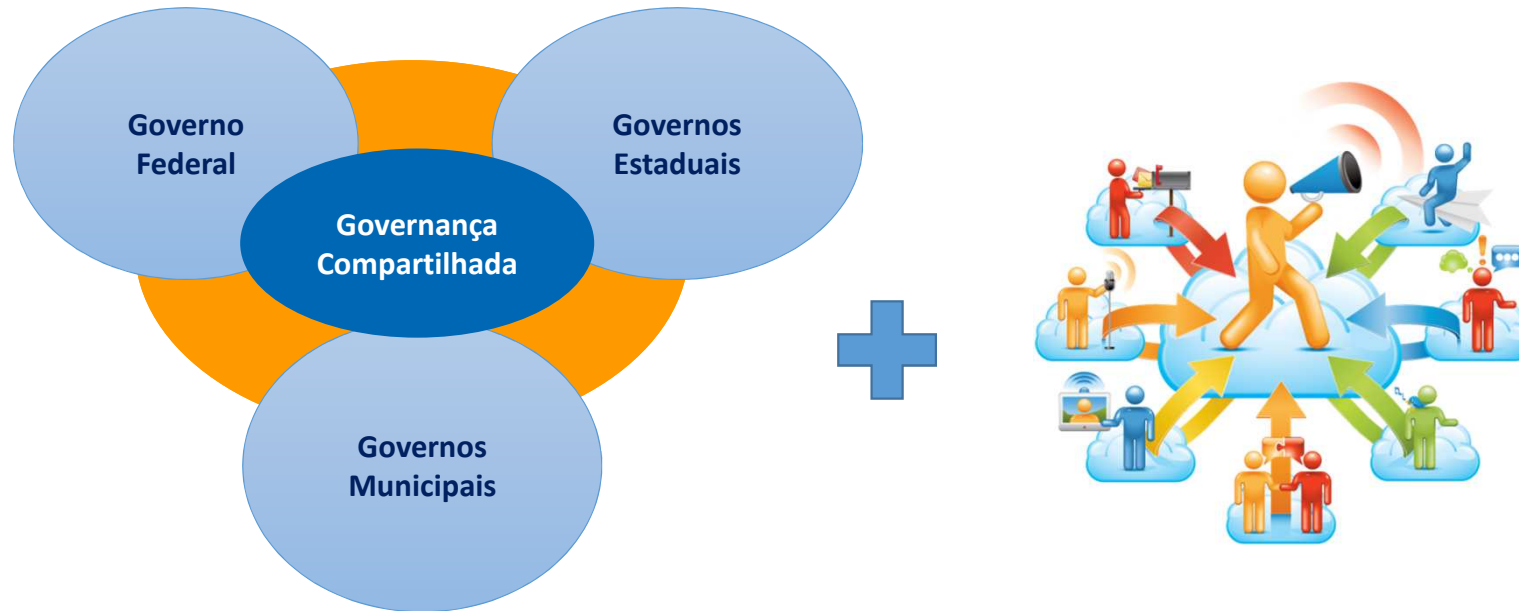


ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030



Implantar Governança: Comissão Nacional para os ODS

Decreto 8.892 de 27 de outubro de 2016, publicado em 31/10/2016



- Paridade entre Governos e Sociedade Civil;
- Natureza consultiva; e
- Criada para articulação, mobilização e diálogo com os entes federativos e a sociedade civil.

COMISSÃO NACIONAL PARA OS ODS – CNODS



Câmaras Temáticas

**Governança
“compartilhada”**

**Ministérios setoriais +
sociedade civil +
academia + IPEA +
IBGE**

**Espaço para
proposição de ações,
políticas públicas, e
instrumentos para
implementação dos
ODS.**



INTERNALIZAÇÃO

Câmaras Temáticas

Criação de 04 Câmaras Temáticas para o biênio 2017-2019.

- I. Parcerias e Meios de Implementação;
- II. Acompanhamento da Agenda 2030
- III. Integração de Políticas Públicas
- I. Desenvolvimento Regional e Territorial



INTERNALIZAÇÃO

Plano de Ação CNODS 2017-2019



EIXO 1 - Gestão e Governança da Comissão Nacional para os ODS

Objetivo: estabelecer governança que garanta integração, participação, comunicação, funcionamento e efetividade à CNODS.

Principais Resultados

- ✓ **E1.1:** Regimento Interno da CNODS publicado.
- ✓ **E1.2:** Plano de Ação da CNODS pactuado.
- ✓ **E1.3:** Relatórios das atividades da CNODS elaborados e divulgados.
- ✓ **E1.4:** Criação de Câmaras Temáticas.
- ⚠ **E1.5:** Composição da CNODS estabelecida para o período 2019-2021.



EIXO 2 – Disseminação da Agenda 2030

OBJETIVO: difundir e popularizar a Agenda 2030 para todo o país por meio de um efetivo plano de comunicação, de mobilização e engajamento de todos os atores governamentais e da sociedade civil.

Principais Resultados



E2.A.1 Comunicação:

Estratégia de Comunicação da CNODS para a Agenda 2030 implementada.



E2.B.1 Mobilização:

Lideranças, entes nacionais e subnacionais e organizações engajadas na Agenda 2030.



EIXO 3 – Agenda 2030 – Internalização

Objetivo: expressar metas e indicadores globais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável à realidade brasileira.

Principais Resultados

- ✓ **E3.1** Adequação de **metas e indicadores** globais à realidade brasileira.
- ✓ **E3.2** **Matriz de alinhamento das** Políticas Públicas federais com os ODS elaborada.
- ⚠ **E3.3** Formação e fortalecimento de parcerias.



EIXO 4 – Territorialização (Interiorização)

Objetivo: promover a articulação, integração e o alinhamento das políticas públicas e as iniciativas da sociedade civil com a Agenda 2030 para disseminar e implementar os ODS em todas as regiões do país.

Principais Resultados



E4.1 Estímulo à criação de Comissões Estaduais e Municipais paritárias para a implementação dos ODS.



E4.2 Metodologia para integração e articulação dos ODS com as políticas públicas e orçamentos nos níveis de governo subnacionais disseminada.



E4.3 Premiação, reconhecimento e visibilidade às boas práticas que contribuem para o alcance das metas dos ODS realizada.



E4.4 Sistematização e divulgação de boas práticas em ODS



EIXO 5 – Acompanhamento e Monitoramento

Objetivo: acompanhar e avaliar o progresso do Brasil no cumprimento das metas e objetivos da Agenda 2030.

Principais Resultados



E5.1 Sistema de produção dos dados para acompanhamento dos ODS constituído - Plataforma digital alimentada por múltiplos atores desse sistema e de fácil acesso e comunicação aplicável ao público.



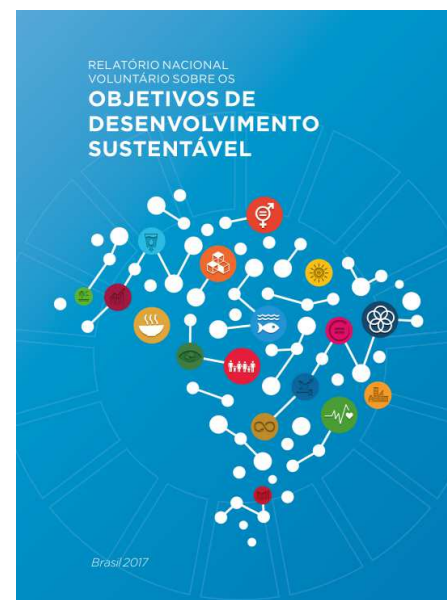
E5.2 Metas e Indicadores nacionais acompanhados.



E5.3 Contribuição à participação brasileira no HLPF.



E5.4 Análise para acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



Etapa II- INTERNALIZAÇÃO - Plano de Ação da CNODS



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

www.odsbrasil.gov.br

Etapa II- INTERNALIZAÇÃO – ADEQUAÇÃO DAS METAS



Adequar Metas Globais à Agenda 2030 Brasil



METAS “NÃO APLICAVEIS”

- Aquelas que não condizem com a realidade brasileira.
- **META: 5.3** - Eliminar todas as práticas nocivas, como casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas.



METAS “JÁ CUMPRIDAS”

- Aquelas que o Brasil já cumpriu antes do prazo estabelecido.
- **META: 3.1** - Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. Posição atual: 44 (mas observar questão regional)



METAS “DESAFIADORAS”

- Aquelas que exigirão esforço adicional para serem cumpridas.
- **META: 6.2** - Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos.



METAS “NÃO QUANTIFICADAS”

- Aquelas que não conseguimos ainda quantificar e/ou mensurar.
- **META 16.5** - Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas.

Etapa II - Adequação das metas – Agenda 2030 BRASIL



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2018

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf

METAS GLOBAIS

SÍNTESE DOS RESULTADOS	Nº absoluto	Relativo (%)
METAS GLOBAIS QUE FORAM MANTIDAS (Metas globais cujo conteúdo foi considerado como adequado ao Brasil, mesmo que necessitando alterações)	167	98,8
METAS CONSIDERADAS COMO NÃO APLICÁVEIS AO BRASIL (Metas globais cujo conteúdo foi considerado como inadequado à realidade brasileira) 8.a e 13.a	2	1,2
Subtotal – metas globais	169	100%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2018

METAS NACIONAIS

SÍNTESE DOS RESULTADOS	Nº absoluto	Relativo (%)
Metas globais que foram mantidas na versão original (Metas cujo texto proposto pela ONU foi integralmente considerado como adequado ao Brasil)	39	22,3
Metas que foram alteradas para adequar-se à realidade brasileira (Metas cujo texto proposto pela ONU sofreu alteração visando a sua adequação às especificidades do Brasil e/ou à sua quantificação)	128	73,1
Metas nacionais que foram adicionadas (Novas metas propostas pelos grupos interministeriais visando contemplar prioridades nacionais)	8	4,6
TOTAL DE METAS NACIONAIS	175	100%

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2018

Etapa II – Definição dos INDICADORES

Posição Brasileira classificada em 3 categorias:

Tier I – Existe metodologia definida e fontes de informação disponíveis – **44%**;

Tier II – Existe metodologia definida, mas não há fontes de informação disponíveis ou suficientes – **16%**;

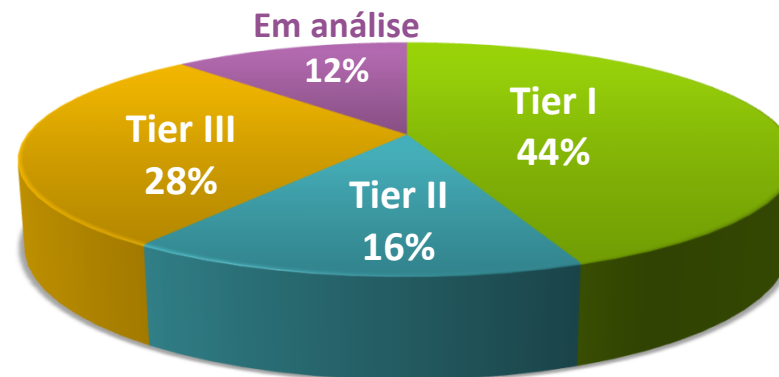
Tier III – Inexistência de metodologias, conceitos e definições. – **28%**

* Sem classificação tipológica (**12%**)

INTERNALIZAÇÃO

232 INDICADORES GLOBAIS

<https://ods.ibge.gov.br/>



Fonte: IBGE -2017

INTERNALIZAÇÃO

Etapa II – Definição dos INDICADORES

BRASIL Serviços Simplifique! Participe Acesso à informação Legislação Canais

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indicadores

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Produzido Em análise/construção Sem dados Sem metodologia global Não se aplica ao Brasil

3.1 - Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

- 3.1.1 - Razão de mortalidade materna
- 3.1.2 - Proporção de nascimentos assistidos por pessoal de saúde qualificado

Plataforma ODS

3.2 - Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos

INTERNALIZAÇÃO

Etapa II - Adequação das METAS Globais

Mapeamento da Convergência entre
Metas dos ODS e atributos do PPA



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Etapa II - Adequação das METAS Globais



Objetivos ODS = 17

Metas ODS = 169

Indicadores ODS = 232

PLANO PLURIANUAL
2016-2019

PPA
2016-2019

Programas PPA = 54

Objetivos PPA = 303

Metas PPA = 1.132

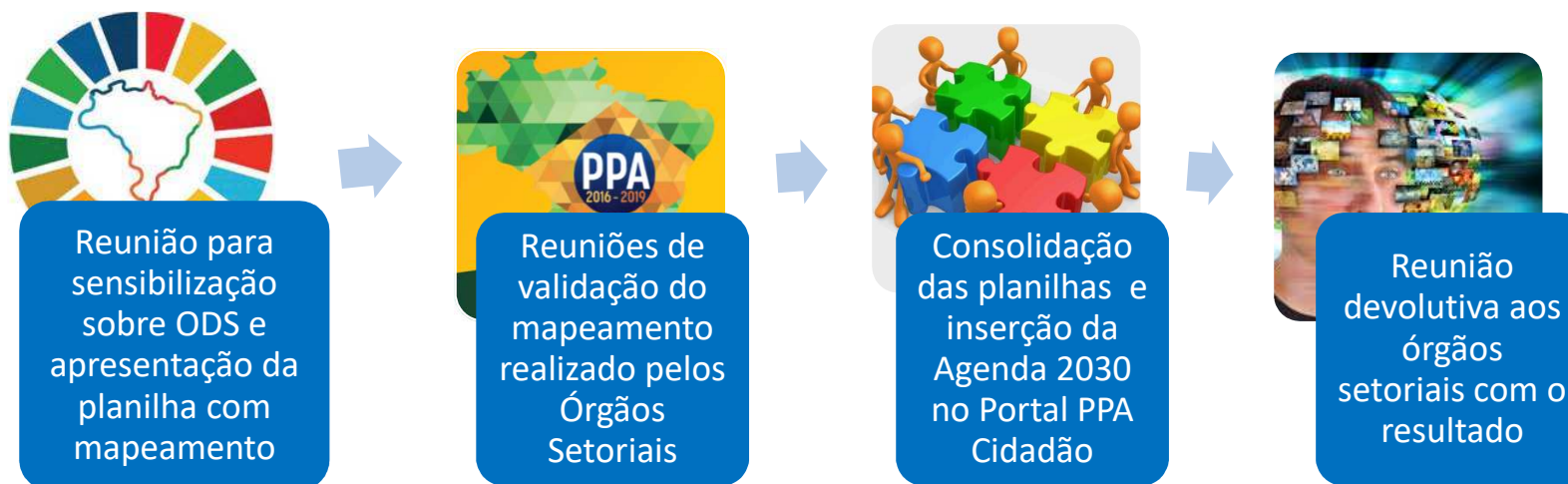
Iniciativas PPA = 3.094



INTERNALIZAÇÃO

Etapa II - Adequação das METAS Globais

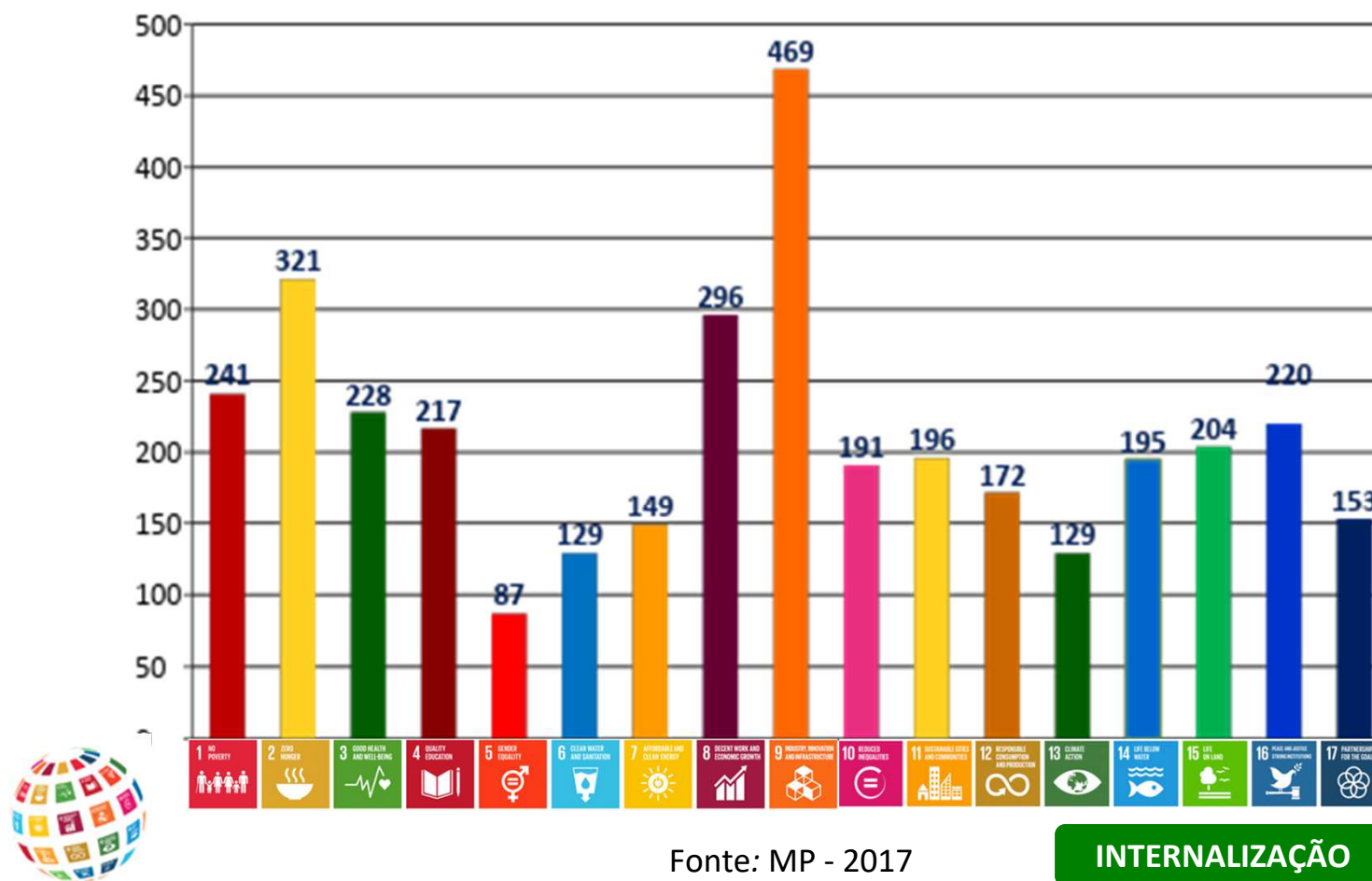
MAPEAMENTO PPA E AS METAS ODS



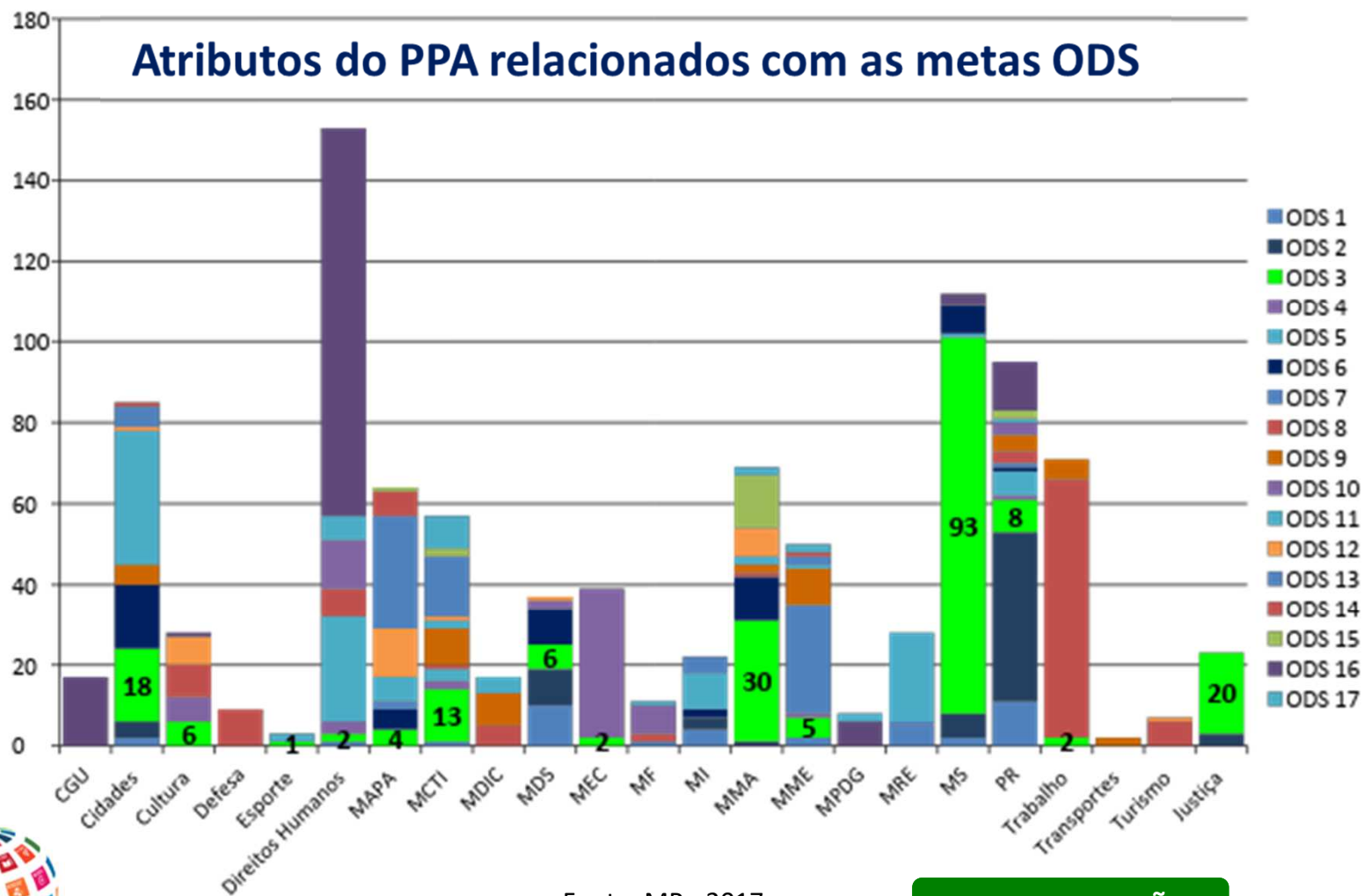
Foram realizadas 35 reuniões de sensibilização e validação do Mapeamento com 29 órgãos setoriais e mobilização de 250 Servidores.

Etapa II - Adequação das METAS Globais

MAPEAMENTO PPA E AS METAS ODS



Etapa II - Adequação das METAS Globais

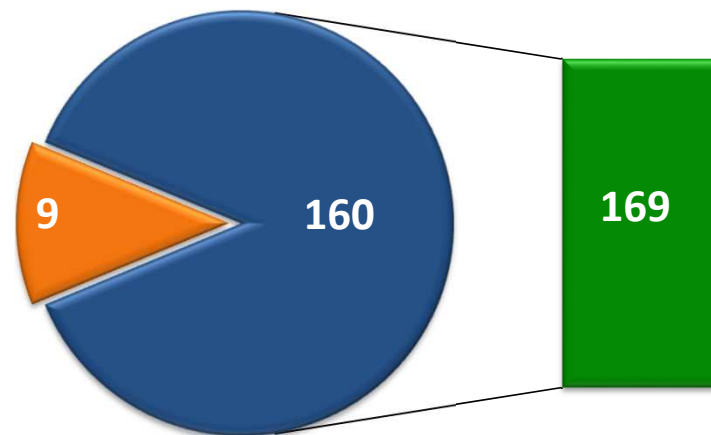


Fonte: MP - 2017

INTERNALIZAÇÃO

Etapa II - Adequação das METAS Globais

Atributos do PPA relacionados com as metas ODS






- Metas ODS com Vinculação com PPA
- Metas ODS sem vinculação com PPA

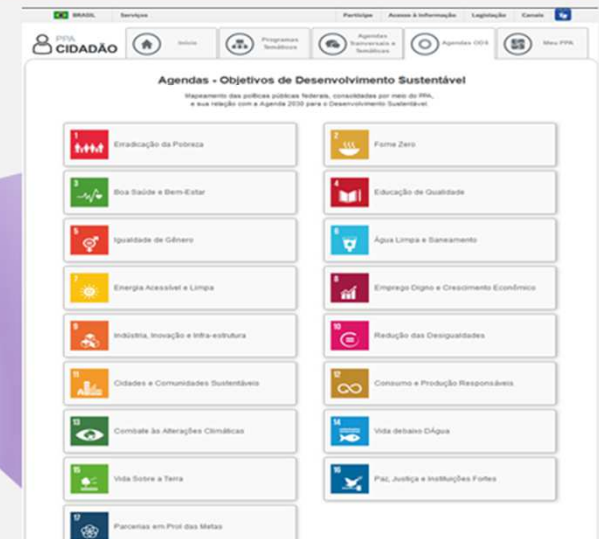
Fonte: MP - 2017

INTERNALIZAÇÃO

Etapa II - Adequação das METAS Globais

PPA CIDADÃO

- ▶  Permitirá que o cidadão tenha uma visão dinâmica, clara e interativa do PPA
- ▶  Permitirá ao cidadão customizar e acompanhar o PPA conforme seu interesse
- ▶  Permitirá divulgar as agendas transversais e temáticas, inclusive o alinhamento ODS x PPA



<https://ppacidadeo.planejamento.gov.br/sitioPPA/>

Etapa III - INTERIORIZAÇÃO



Caminho para a “localização” ou “territorialização” dos ODS



Etapa III- Interiorização – Instrumentos de Gestão



<http://www.portalodm.com.br/>



<http://atlasbrasil.org.br/2013/>



www.cnm.org.br



Etapa III - Interiorização – Instrumentos de Gestão



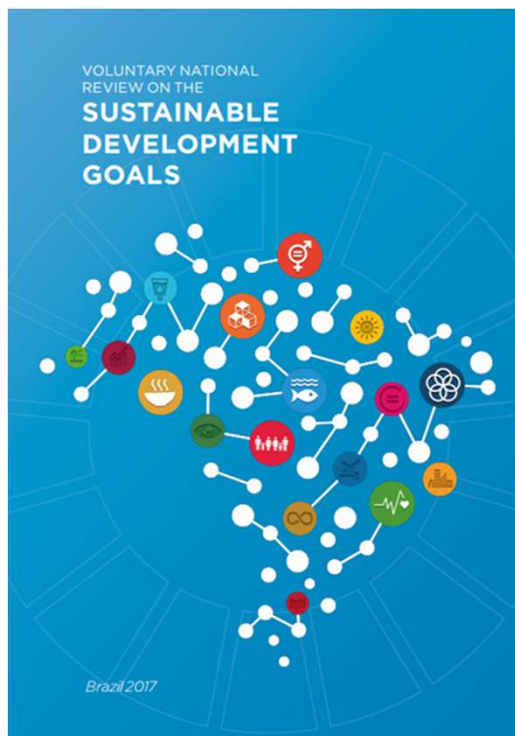
- ¥ A 1ª Edição do Prêmio recebeu **1038** práticas alinhadas aos 17 ODS, de todo o Brasil;
- ¥ **Categorias:** Governos Estadual e Municipal, Organizações da Sociedade Civil (com e sem fins lucrativos) e Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- ¥ O Prêmio ODS Brasil visa **incentivar, reconhecer e valorizar boas práticas que contribuam com a Agenda 2030;**
- ¥ A partir da seleção das práticas recebidas, será criada uma plataforma para disponibilizar as Boas Práticas/Tecnologias Sociais recebidas.

Etapa III – INTERIORIZAÇÃO – Estratégias

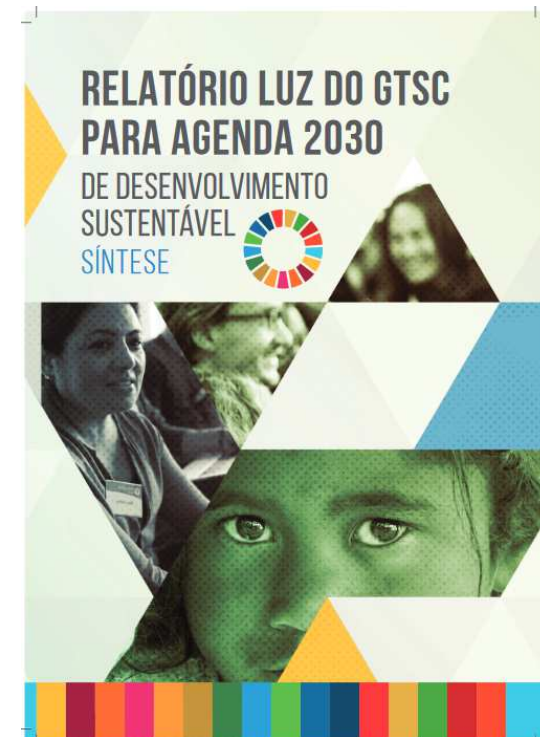


DESAFIOS

Relatório Voluntário



Brazil



DESAFIOS

“Aliar o Desenvolvimento Econômico com o Meio Ambiente”

Jair Bolsonaro



“Quando a última árvore for derrubada, quando o último rio for envenenado, quando o último peixe for pescado, só então nos daremos conta de que dinheiro não se come”.

Provérbio Indígena

DESAFIOS

DESAFIOS

ÓRGÃOS DE CONTROLE



Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai), cabe ao RCU/TCES avaliar os **sistemas de monitoramento**, a **preparação dos governos** para a implementação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), **realizar auditorias** de desempenho em **programas e políticas** que contribuam para o alcance dos objetivos, ser modelo de **transparência** e **accountability**, bem como avaliar e dar suporte à implementação do ODS 16.

DESAFIOS

- ❖ Falta de **conhecimento da população** sobre a Agenda 2030.
- ❖ As grandes **desigualdades** e **diversidades** que temos no Brasil.
- ❖ As **crises** econômicas, sociais, políticas e fiscal.
- ❖ Baixo **envolvimento** e **alinhamento** dos **governos subnacionais**.
- ❖ **Capacitação insuficiente** dos gestores dos pequenos municípios.
- ❖ Falta de conhecimento acerca da realidade local (**diagnóstico**).
- ❖ A cultura política de mudanças após cada eleição (**descontinuidade**).
- ❖ A falta de integração das **políticas públicas setoriais**.
- ❖ Baixo **engajamento dos diferentes atores** na Agenda 2030.





“Ninguém deve ser deixado para trás.”



4-SELEÇÃO PÚBLICA
 Editais SEGOV 001,002,003/2017
 Estados, Municípios e Sociedade Civil
 com mandato até 2019

Representação Paritária

2- BRASIL
 Antecedentes:
Rio + 20 em 2012
 Participação ampla no GTI
 Criação dos 17 ODS

3- LEGISLAÇÃO
 Decreto 8.892 de
 27/10/2016



1- MUNDO
 Transição ODM/ODS
 Compromisso Brasil/ONU
 Setembro 2015



5- PARTICIPAÇÃO PARITÁRIA
 16 Representantes sendo:
 08 Governos (Federal, Estadual e Municipal)
 08 Sociedade Civil Coletivos (Empresas, Ensino e Pesquisa e Organizações sem fins lucrativos). Portaria SEGOV – Nº 38 + alterações Nºs 97, 119, 121, 148 e 149/2018.

8- PRINCIPAIS ENTREGAS
 Criação da **Governança Nacional**;
 Apresentação do **Relatório Nacional Voluntário ODS** no High Level Political Forum 2017;
 Mapeamento PPA x Metas ODS - **PPA Cidadão**;
 Realização da 1ª Edição do **Prêmio ODS Brasil**
Decreto Presidencial 9.925/2018.
10 reuniões da CNODS
 Elaboração de **Plano de Ação**;
 Elaboração do **Plano de Comunicação e Mobilização**;
 Criação de **04 Câmaras Temáticas**: Resoluções SEGOV 001,002,003 e 004/2018;
 Realização da **Consulta Pública** sobre a **Adequação das Metas ODS** – Ipea;
Plataforma Digital Unificada ODS;
 Publicação **Relatório de atividades da CNODS 2017/2018**;
 Criação **Observatório Nacional ODS**;
 Criação de **Comissões Subnacionais**;
Convênios com Enap.

7 – PLANO DE AÇÃO CNODS
EIXOS ESTRATÉGICOS
 I. *Gestão*
 II. *Comunicação e Mobilização*
 III. *Internalização*
 IV. *Interiorização*
 V. *Monitoramento*

6 – ESTRATÉGIA NACIONAL
INTERNALIZAÇÃO
 • *Governança Nacional – Criação CNODS e Plano de Ação*
 • *Adequação das Metas - IPEA*
 • *Definição de Indicadores - IBGE*
INTERIORIZAÇÃO
 • *Comissões Estaduais/Municipais ODS*
 • *Prêmio ODS Brasil 2018*



AGRADECEMOS PELA ATENÇÃO!

Secretaria de Governo - Presidência da República

segov.ods@presidencia.gov.br

(61)3411-4201/3439

www.odsbrasil.gov.br

GRATO PELA ATENÇÃO!

Secretaria Nacional de Articulação Social
Secretaria de Governo - Presidência da República

www.odsbrasil.gov.br



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL
www.odsbrasil.gov.br



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

17 OBJETIVOS PARA TRANSFORMAR NOSSO MUNDO

& CNPq



Marcos César Chaves da Fonseca
Analista em Ciência e Tecnologia
Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica - COPLE



“O Conhecimento científico promove as respostas para as demandas da sociedade”



CNPq &





Objetivos Institucionais





PPA 2016-2019

2021 Ciência, Tecnologia e Inovação

0400 - Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país.



2021 Ciência, Tecnologia e Inovação

0497 - Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação.





O que estamos fazendo?

Avaliando as Chamadas Públicas e projetos de pesquisas fomentados a partir dos 17 objetivos.



Desafios para 2019

Lançamento de Chamada Pública com os 17 objetivos.

Mapeamento das agendas de pesquisa de projetos ODS

Obrigado

Marcos César Chaves da Fonseca
marcos.fonseca@cnpq.br

Gestão Ministro Dias Toffoli

2018 a 2020





CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

SUBSÍDIOS PARA UMA JUSTIÇA PENAL MAIS EFICIENTE

DIAGNÓSTICO

'ESTADO DE CRISE' DO SISTEMA PRISIONAL

SUPERLOTAÇÃO

- População prisional subiu 3x em 16 anos
 - Contramão mundial (2014-2016):
Brasil + 15%, EUA - 5% (maior encarcerador)

BAIXA CAPACIDADE DE RESPOSTA

- Necessários R\$ 25 bi em sete anos para absorver esse crescimento (Depen, 2018)
- Recursos humanos: faltam profissionais e capacitação adequada para ampará-los

PERDA DO CONTROLE INTERNO

- Massacres e rebeliões: 6x mais chances de morrer na prisão sob a custódia do Estado
 - Violação sistemática de direitos
- Comprometimento da individualização da pena
 - Déficit de gestão e transparência

REPERCUSSÃO SEGURANÇA PÚBLICA

- Crescimento, multiplicação e fortalecimento de facções criminosas
 - Desestabilização social
 - Violência estrutural

ALERTA: NOVAS POLÍTICAS E CRISE ECONÔMICA PODEM IMPLODIR SISTEMA

DIAGNÓSTICO

JUDICIÁRIO E EXECUTIVO COBRADOS E SOBRECARRREGADOS

GASTA MUITO E NÃO RESOLVE

- Orçamento por preso: R\$ 2,2 mil
(mensal, média nacional 2018)
- Nova vaga: custo aprox. R\$ 50 mil
 - Salário mínimo: R\$ 998

COBRANÇA ÓRGÃOS INTERNACIONAIS

Condenações sistema de proteção
DDHH da OEA (Corte e CIDH) e ONU

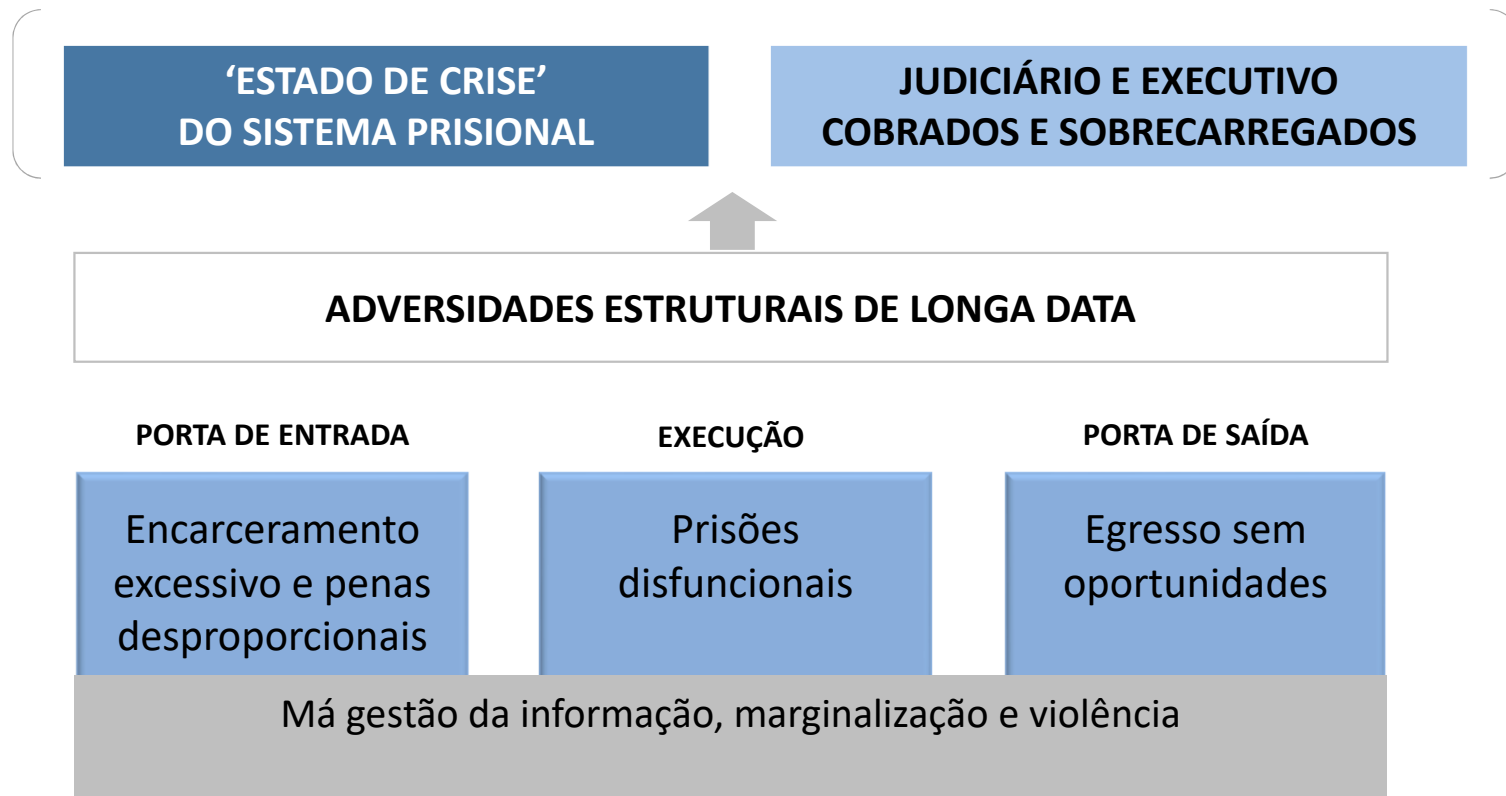
COBRANÇA ÓRGÃOS NACIONAIS E LOCAIS

STF (Estado de Coisas
Inconstitucional e HC 143.641 –
mulheres), TCU, CNPCP e TCEs

COBRANÇA IMPRENSA E SOCIEDADE

Judiciário: credibilidade diminuída
Executivo: capacidade operacional
contestada e prejuízo político

PREMISSA: NÃO É POSSÍVEL SUPERAR CRISES SEM TRATAR CAUSAS



COMO VAMOS ATUAR?

O que: parceria entre CNJ e agências da ONU (PNUD, UNODC) para auxiliar atores locais a combaterem as causas do 'estado de crise' do sistema prisional

Objetivo: resultados visíveis em curto e médio prazo

Quando: firmado em novembro de 2018,
o acordo vai até julho de 2021

Como: programa desenvolvido em **três fases** que consideram as capacidades locais e prezam pela eficiência e racionalidade no emprego de recursos

DIFERENCIAIS

✓ Ação simultânea nos gargalos da execução penal	✓ Parceria e divisão de responsabilidades
✓ Indução, capacidade operacional e capilaridade do CNJ	✓ Expertise da ONU
✓ Valorização dos atores locais: transferência de conhecimento e sustentabilidade	✓ Programa nacional com pontos focais em todas as unidades da federação
✓ Engajamento do Judiciário, Executivo e demais atores	

PARCEIROS EM REDE



ODS no Poder Judiciário



Ações e Coletas de Dados no CNJ

X

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

- I. Projeto Replicação Nacional
- II. Sustentabilidade
- III. Saúde
- IV. Participação Feminina
- V. Violência Doméstica



Replicação Nacional



I. Projeto Replicação Nacional

- Micro dados, por processo, com os movimentos, classes, assuntos, partes, endereços, órgão julgador, etc.
- Permitirá obter dados sobre número de processos, tempo de duração total e entre fases processuais, informações sobre ações judicializadas nas temáticas educação, saúde, fornecimento de energia elétrica, medicamentos, etc.
- Possibilidades futuras de integração com dados da Receita Federal, INSS, Programas assistenciais, Cadastro Único (bolsa família), etc.
- Identificação dos litigantes.

Exemplos: Replicação Nacional x ODS

- Judicialização da Saúde
- Judicialização da Educação
- Perfil dos jurisdicionados, como grau de instrução, renda, habitação, sexo, etc.
- Violência Doméstica, Femicídio
- Corrupção
- Trabalho Escravo
- Ações Trabalhistas
- Acesso à Justiça: perfil, gargalos.



II. Sustentabilidade



Consumo de Papel



Copos descartáveis



Água envasada



Vigilância



Energia Elétrica



Água e Esgoto



Limpeza



Reformas



Veículos/Combustível



Qualidade de vida e capacitação



Impressão



Telefonia fixa e móvel



Índice de Desempenho Socioambiental IDS

- Medida que resume e cria um ranking dos tribunais, considerando eixos temáticos como: consumo de água, de papel, de energia elétrica, gestão de resíduos, ações de capacitação e sensibilização, etc.
- Similar ao “Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (IASA)”, criado pelo TCU para avaliar os órgãos da administração pública federal.

www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis



3 SAÚDE
BEM-ESTAR



III. Saúde

Saúde

- Ações de qualidade de vida
- Ações solidárias
- Ações de inclusão
- Ações de capacitação e sensibilização
- Índices de absenteísmo por tipo de doença;
- Identificação dos CIDs nos Exames Periódicos de Saúde;
- Índice de Realização dos Exames Periódicos de Saúde, por faixa etária
- Ações preventivas nos Tribunais

IV. Participação Feminina



Participação Feminina

- Número de Magistrados do sexo feminino;
- Cargos de presidência; vice-presidência; corregedoria; diretoria de escolas judiciais; juízes titulares; e juízes substitutos ocupados por mulheres nos últimos 10 anos;
- Aprovados em concursos do sexo feminino nos últimos 10 anos.
- Número de servidoras, por cargo/função ocupado, do sexo feminino nos últimos 10 anos

V. Violência Doméstica contra a Mulher



Violência Doméstica

- Estrutura das unidades judiciárias para apoio às vítimas: núcleos psicossociais, assistentes sociais, psicólogos, etc.
- Processos novos, pendentes, julgados e baixados;
- Audiências preliminares; de instrução e de acolhimento realizadas;
- Medidas protetivas
- Femicídio

www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/paineis

Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres



Monitoramento da Política Judiciária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

Início | Estrutura | Litigiosidade | Indicadores | Produtividade

TJ TJAC TJAL TJAM TJAP TJBA TJCE TJDF TJES TJGO TJMA TJMG TJMS TJMT
 TJPA TJPB TJPE TJPI TJPR TJRJ TJRN TJRS TJSC TJSE TJSP TJTO 2016 2017

Varas Exclusivas e não-exclusivas



casos novos violência doméstica por 100 mil mulheres

433



medidas protetivas concedidas por 100 mil mulheres

225



casos novos de feminicídio por 100 mil mulheres

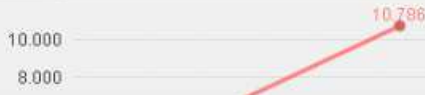
2,5



Série histórica dos processos de violência doméstica na fase de conhecimento



Série histórica do número de processos de feminicídio na fase de conhecimento



Taxa de congestionamento



Índice de atendimento à demanda



Audiências preliminares realizadas: 103.727
 Audiências de instrução realizadas: 163.623
 Juris realizados: 2.060

Medidas protetivas: 236.641

Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Pesquisas Judiciárias - DPJ

Gabriela Moreira de Azevedo Soares

Diretora Executiva

www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias

dpj@cnj.jus.br

(61) 2326-5266

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA - DGE

Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2015-2020

Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de
Justiça 2015-2020

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – INSTÂNCIAS DELIBERATIVAS

As Comissões Permanentes são instâncias deliberativas, subordinadas ao Plenário, que estudam temáticas específicas que afetam o Judiciário, com as atribuições de, entre outras: (art. 28, RI)

- Discutir e votar as proposições de temas sujeitos a sua competência;
- Realizar audiências públicas com órgãos públicos, e outros eventos, como conferências, palestras, seminários e etc.
- Receber requerimentos e sugestões em seu âmbito de atuação;
- Coordenar Políticas Judiciárias e outras iniciativa do CNJ.

Plenário do CNJ

Acesso à Justiça e
Cidadania

Eficiência Operacional e
Gestão de Pessoas

Gestão Estratégica,
Estatística e Orçamento

Tecnologia da Informação
e Infraestrutura

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA

Propor medidas que visem a:

- Democratização do acesso à justiça;
- Inclusão social e desenvolvimento;
- Conscientização de direitos, deveres e valores do cidadão;
- Execução de decisões

Programas sob a coordenação da Comissão:

Movimento permanente pelo
Direito à saúde

Movimento permanente de
combate à Violência doméstica
e Familiar

Movimento permanente pela
conciliação

Melhores Práticas de
Cidadania

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA

Gênero

Política Judiciária nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres (Res. 254/2018)

- Programa pela Paz em Casa; ■
- Jornadas da Lei Maria da Penha;
- Meta Nacional – Meta 8 (Justiça Estadual).

Saúde

Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Res. 107/10)

- Comitê Executivo Nacionais e Estaduais (Judiciário, MS, MP, OAB, Defensoria e outros); NAT-Jus – Núcleos de Assessoramento técnico do Judiciário – auxílio técnico à decisão dos magistrados,
- Audiências públicas e Jornadas do Fórum da Saúde: oitiva de especialista e gestores - debate de temas, capacitação e diretrizes;
- E-Nat-Jus – Cadastro nacional de pareceres

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA

Saúde

Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário (Res. CNJ 207/2015)

Comitê Gestor Nacional de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário (Portaria CNJ 138/2018);

- Questionário de Saúde;
- Programa Resolve – estimular o modelo de *Justiça multiportas*.

COMISSÃO PERMANENTE DE ACESSO À JUSTIÇA E CIDADANIA

Conciliação

Política Judiciária nacional de tratamento Adequado de Conflitos (Res. CNJ 125/2010)

- Semanas nacionais de Conciliação,■
- Prêmio Conciliar é Legal;
- Programa Resolve – estimular o modelo de *Justiça multiportas*.

Trabalho Escravo

Comitê Nacional Judicial de enfrentamento ao Trabalho Escravo e de Tráfico de Pessoas – Portaria CNJ 135/2018 – eixos de atuação:

- monitoramento e mapeamento dos processos judiciais;
- compartilhamento de informações nas esferas criminal e trabalhista;
- Difusão de conhecimentos e sensibilização;
- Acompanhamento de proposições legislativas

COMISSÃO PERMANENTE DE EFICIÊNCIA OPERACIONAL E GESTÃO DE PESSOAS

Propor medidas que visem a:

- Racionalização judicial;
- Simplificação recursal;
- Otimização de rotinas;
- Melhor alocação de pessoas;
- Aproveitamento de novas tecnologias para automação dos processos de trabalho;
- Gestão adequada de custos operacionais e;
- Padronização de estruturas organizacionais.

Programas sob a Coordenação da Comissão

Diagnóstico
para Eficiência
no Poder
Judiciário

Acompanhamen
to da Resolução
CNJ n. 201/2015
(PLS-JUD)

Ranking da
Transparência

PROJETOS EM EXECUÇÃO

- Projeto de Grandes obras Paradas
- Projetos voltados à garantia de cidadania à população carcerária: Audiências de custódia; Mutirões carcerários; Cidadania nos presídios; e outros à Cargo do Departamento Nacionais de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas/CNJ, que estão sendo desenvolvido em parceria com o PNUD/ONU - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL – PODER JUDICIÁRIO

- Resolução nº 201/2015 - criação de unidades socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação de Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ).
- O PLS de cada órgão deve estabelecer e acompanhar práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade que objetivem uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica do órgão.
- Departamento de Pesquisas Judiciárias/CNJ irá publicar anualmente o Balanço Socioambiental do Poder Judiciário, elaborado a partir da compilação dos Planos de Logística Sustentável de todos os órgãos e conselhos do Judiciário.

ESTRATÉGIA NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO – 2015/2020

Fundamentação Normativa:

- Resolução CNJ nº 198/2014
Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário;
- Resolução CNJ nº 221/2016 e Portaria 114/2016
Gestão participativa e democrática na formulação das Metas Nacionais;
- Portaria CNJ nº 138/2013
Institui a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

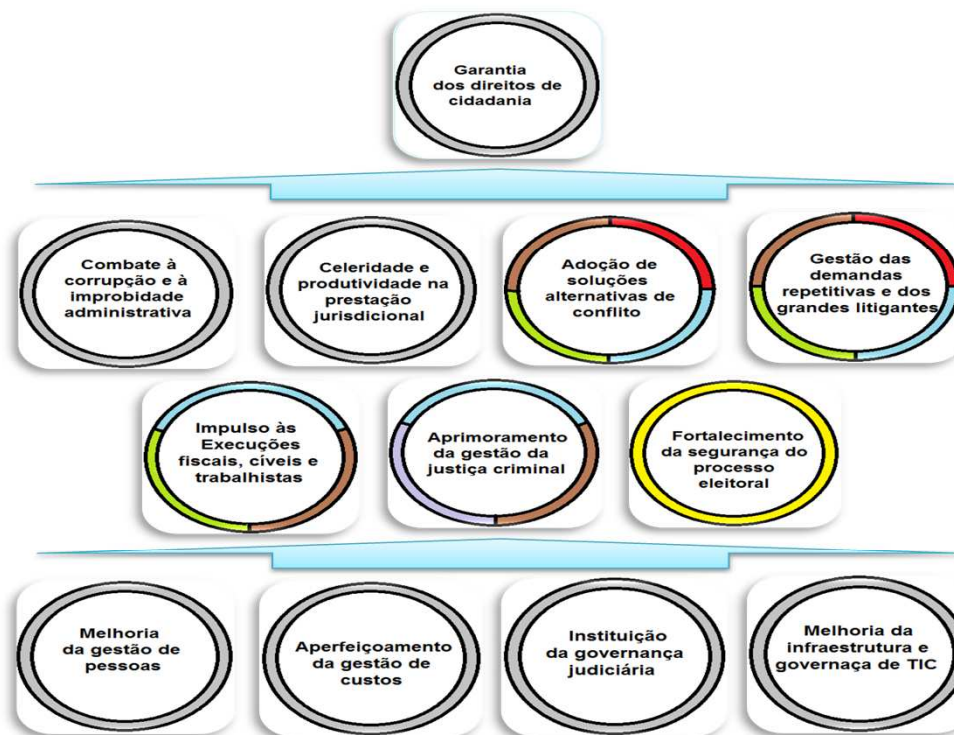
Portal do CNJ: [Gestão Estratégica](#)

MAPA ESTRATÉGICO DA ESTRATÉGIA NACIONAL

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO 2015-2020

TENDÊNCIAS ATUAIS

- ✓ Incentivo às soluções alternativas de litígio
- ✓ Aumento da quantidade de julgados
- ✓ Julgamento de processos antigos
- ✓ Melhoria do sistema criminal
- ✓ Profissionalização da gestão
- ✓ Intensificação do uso de tecnologia da informação
- ✓ Probidade e combate à corrupção



CENÁRIO DESEJADO

- ✓ Justiça mais acessível
- ✓ Desjudicialização
- ✓ Descongestionamento do Poder Judiciário
- ✓ Probidade pública
- ✓ Justiça tempestiva
- ✓ Garantia da legitimidade do sistema eleitoral
- ✓ Maior racionalização do sistema judicial
- ✓ Melhoria do sistema de segurança pública
- ✓ Valorização profissional
- ✓ Melhoria da qualidade do gasto público
- ✓ Equalização das estruturas de 1º e 2º Grau de Jurisdição
- ✓ Disseminação da "Justiça Eletrônica"

TODOS OS SEGMENTOS

FEDERAL

TRABALHO

ELEITORAL

STJ

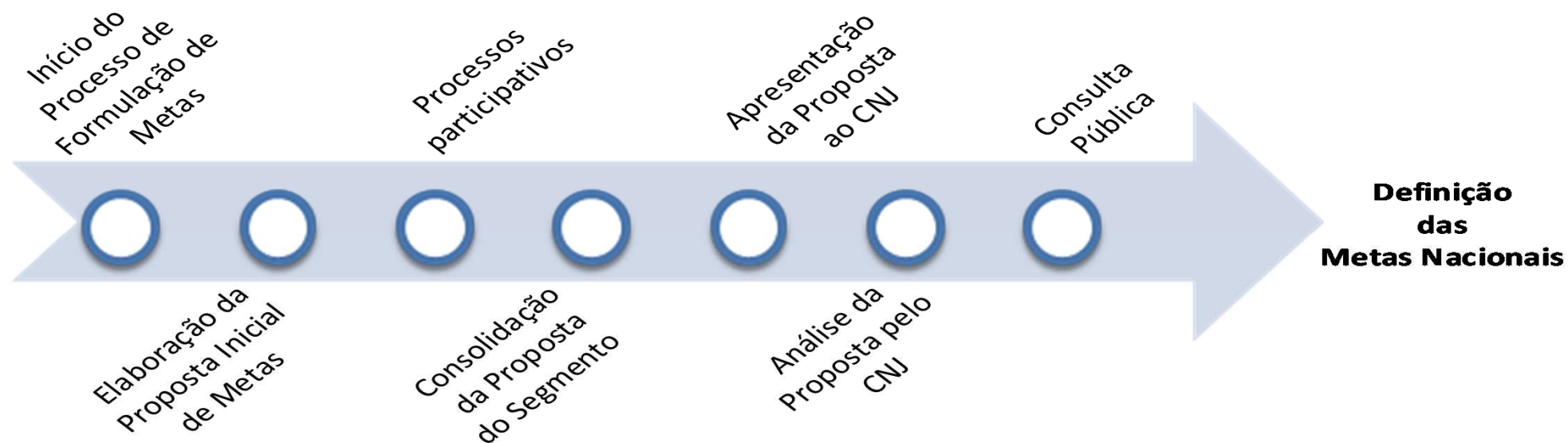
ESTADUAL

MILITAR

METAS NACIONAIS

- Para dar concretude aos macrodesafios são firmadas as Metas Nacionais, que representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento à prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade um serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.
- Acompanhadas e monitoradas pelo Conselho Nacional de Justiça, com o apoio da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário;

PROCESSO DE FORMULAÇÃO DE METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO



METAS NACIONAIS 2019

- META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos;
- META 2 – Julgar processos mais antigos;
- META 3 – Aumentar os casos solucionados por conciliação;
- META 4 — Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos Eleitorais
- META 5 – Impulsionar processos à execução;
- META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas;
- META 7 – Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos;
- META 8 – Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CNJ – 2015/202

- **Missão do CNJ** - Desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas pelos valores de justiça e paz social;
- **Visão do CNJ** - Ser reconhecido como órgão de excelência em planejamento estratégico, governança e gestão judiciária, a impulsionar a efetividade da Justiça brasileira.

OBJETIVOS ESTRATÉGICO DO CNJ – 2015/2020

Diagnóstico e Gestão Estratégica

Aperfeiçoar a gestão das políticas judiciárias e outros instrumentos de governança do CNJ e do Poder Judiciário

Realizar e incentivar pesquisas, estudos e diagnósticos sobre o Poder Judiciário

Justiça Criminal, Desjudicialização e Cidadania

Promover os direitos de cidadania, no âmbito do Poder Judiciário, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito

Comunicação Institucional

Estimular a comunicação interna, a integração e a colaboração no âmbito do CNJ, e ampliar a divulgação externa das ações institucionais

Orçamento, Finanças e Infraestrutura

Garantir infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ

Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário

Tecnologia da Informação e Comunicação

Articular o aperfeiçoamento da governança e da gestão da tecnologia da informação e comunicação

Estimular a integração, a interoperabilidade e o desenvolvimento colaborativo dos sistemas de informação

Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida no Trabalho

Implantar ações que promovam a saúde e a qualidade de vida no trabalho, de forma integrada e contínua

Favorecer a melhoria e a integração dos processos organizacionais do Conselho Nacional de Justiça

Inovação e Sustentabilidade

Fomentar práticas de sustentabilidade, racionalização dos recursos públicos e redução do passivo ambiental

Incentivar a disseminação de conhecimento e boas práticas no âmbito do Poder Judiciário

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO CNJ – PORTARIA 32/2017

- Racionalização com serviços e material de limpeza, com serviços de vigilância e com despesa com veículos, incluído combustíveis;
- Racionalizar os recursos destinados ao processo de impressão, o uso de copos descartáveis e água envasada no CNJ, e o consumo e os gastos de papel no CNJ
- Reduções anuais de 5% nos gastos com telefonia fixa e móvel até 2020;
- Implantação de gestão de resíduos em papel, plásticos, vidros, pilhas e baterias.
- Implantar a gestão de resíduos no CNJ e previsão destinar 40% dos resíduos sólidos coletados a cooperativas e associações até 2020.
- Reduzir o consumo e os gastos anuais com água, esgoto e energia elétrica
- Medidas para a melhoria na qualidade de vida no trabalho, e capacitação de servidores em questões de responsabilidade socioambiental.

RELAÇÃO COM OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS - ODS

ODS 1 (Erradicação da Pobreza) e ODS 2 (Fome zero)	Macrodessafio – Garantia dos direitos de cidadania
ODS 3 – Boa Saúde e Bem-Estar	Movimento Permanente pelo Direito à Saúde Macrodessafio – Garantia dos direitos de cidadania
ODS 5 – Igualdade de Gênero	Movimento permanente de combate à Violência doméstica e Familiar Macrodessafio – Garantia dos direitos de cidadania Meta 8
ODS 6 (água limpa), ODS 7 (energia limpa), ODS 11 (Cidades e Comunidades sustentáveis), ODS 12 (consumo e produção responsáveis), ODS 13, ODS 14 e ODS 15	PLS-JUD PLS-CNJ
ODS 16	Movimento permanente pela conciliação Todas as Metas Nacionais

CONTATOS

Fabiana Gomes

Diretora do Departamento de Gestão Estratégica

dge@cnj.jus.br

Ramal: (61) 2326 - 5302

Impacto das Semanas Paz em Casa desde 2015

Semana	Audiências Realizadas	Júris	Medidas Protetivas	Sentenças	Processos em andamento
1	17.113	146	5.281	10.590	749.261
2	17.448	158	-	10.167	1.194.394
3	14.435	101	5.614	11.216	1.120.999
4	12.580	77	9.254	10.394	1.154.677
5	14.705	67	5.956	14.465	903.859
6	12.399	113	8.026	12.643	1.022.889
7	13.456	48	10.591	11.379	1.131.996
8	16.159	150	6.214	19.706	925.558
9	12.666	77	6.466	11.272	906.558
10	16.129	58	7.315	15.049	927.559
11	18.850	115	7.716	15.133	995.945
Total	165.940	1.110	72.033	142.014	-

Fonte: CNJ (Out/2018)

Data	Acordos efetuados	R\$ Homologados
05/11/2018	592.248	469.969.729,83
06/11/2018	38.292	205.734.227,72
07/11/2018	29.044	347.686.033,01
08/11/2018	26.523	277.577.437,21
09/11/2018	28.171	226.247.271,72
TOTAL	714.278	1.527.214.699,49

Fonte: CNJ, nov/2018.